



Octubre 2017 - ISSN: 1988-7833

LAÇOS DE VIDA: RELATO DE EXPERIENCIA EXTENSIONISTA NO ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

PhD Denise Regina Quaresma da Silva

<http://orcid.org/0000-0002-3697-8284>

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA ED - Educação. Pós-Doutora em Estudos de Gênero pela UCES (2011), Doutora (2007) e Mestre (2003) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Psicóloga. É professora Titular e pesquisadora da Universidade FEEVALE no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. É colaboradora do Projeto de Extensão, Laços de Vida: bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772827H9>

E-mail: denisequaresmadasilva@gmail.com

Me. Ronalisa Torman

Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006), graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), Especialização em Psicopedagogia (2003) e Docente do Curso de Psicologia da Universidade Feevale. Líder do Projeto de Extensão, Laços de Vida: bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade. <http://lattes.cnpq.br/5189666043190057>

E-mail: ronalisa@feevale.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Denise Regina Quaresma da Silva y Ronalisa Torman, (2017): "Laços de vida: relato de experiencia extensionista no atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade e violência de gênero", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2017). En línea:

<http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/mulheres-situacao-vulnerabilidade.html>

RESUMO: O presente estudo discute questões relacionadas à violência de gênero. Ele decorre da experiência adquirida no projeto de extensão intitulado "Laços de Vida: bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade" desenvolvido pela Universidade Feevale/RS, junto a mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica em uma cidade do sul do Brasil, objetivando promover ações preventivas de atenção à saúde mental e da expressividade humana, visando à melhoria do bem-estar destas mulheres. Neste artigo, apresentamos fragmentos de relatos dos participantes dos grupos terapêuticos, realizados ao longo do desenvolvimento do projeto, que ocorre desde o ano de 2014. Evidenciou-se a ênfase nas violências que estas mulheres sofrem, mais especificamente na violência psicológica. O trabalho desenvolvido nos grupos terapêuticos foi empoderando e fortalecendo psiquicamente as mulheres, para que estas, através do conhecimento e apreensão de sua história, compreendam a repetição do modelo patriarcal e possam romper com este, historicamente estabelecido, buscando auxílio jurídico nas instâncias competentes.

Palavras-chave: Violência Psicológica; Mulheres; Psicologia; Grupos Terapêuticos; Extensão Acadêmica.

ABSTRACT: The present study discusses issues related to gender violence. It stems from the experience gained in the extension project titled "Loops of Life: Welfare of Vulnerable Women" developed by the University Feevale /RS, with women in situations of psychic and socioeconomic vulnerability in a city in the south of Brazil, aiming to promote preventive actions of attention to mental health and human expressiveness, aiming to improve the well-being of these women. In this article, we present fragments of reports from the participants of the therapeutic groups, carried out during the development of the project, which takes place since the year 2014. The emphasis was on the violence that these women suffer, more specifically on psychological violence. The work developed in the therapeutic groups has empowered and psychically empowered women, so that, through the knowledge and apprehension of their history, they understand the repetition of the patriarchal model and can break with it, historically established, seeking legal aid in the competent instances.

Key Words: Psychological violence; Women; Psychology; Therapeutic Groups; Academic Extension.

INTRODUÇÃO

A rede de assistência à saúde física e mental não tem suportado a crescente demanda de novos casos de violências contra mulheres, com a necessidade do estabelecimento de parcerias para ampliar o atendimento às vítimas de múltiplas formas de violências. Empregamos aqui o termo violência relacionado não só ao ato físico, mas também à violência psicológica, patrimonial e sexual, pois se entende que todas essas categorias perpassam umas às outras, sendo que a violência psicológica é intrínseca ao ato de violência física e sexual (STREY, 2012, 2015).

Qualquer que seja a forma de violência sofrida, a vítima necessita de acompanhamento e tratamento psicológico, além da proteção jurídica, porém a grande maioria das mulheres que sofreram e sofrem violência não tem condições financeiras ou energia psíquica para buscar ajuda. Este artigo apresenta uma proposta de intervenção de um projeto de extensão da Universidade Feevale intitulado "Laços de Vida: bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade", que tem como objetivo geral promover ações preventivas de atenção à saúde mental e da expressividade humana, visando à melhoria do bem-estar de mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica, com o público alvo vinculado ao Município de Ivoti, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os objetivos específicos do projeto são: proporcionar melhores condições psíquicas que contribuam para a melhoria do bem-estar emocional; viabilizar o conhecimento sobre temas como sexualidade, violência, estereótipos de gênero e auto estima de mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica.

Historicamente, a primeira edição deste Projeto foi realizada em 2014 e em maio de 2015, fomos convidadas a participar das reuniões com todas as esferas do poder público no Fórum de Ivoti o que ocorre até o presente momento. A participação do projeto nestas reuniões, desde então, tem sido mensal.

A violência contra mulheres, tema debatido constantemente nas mídias e em redes sociais, desperta dúvidas, preconceitos, dor, dúvidas e silêncios, entre outros sentimentos e ações. Este tema de relevância indiscutível está presente na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU - RCSNU 1325 - que versa sobre Mulheres, Paz e Segurança, sendo aprovado por unanimidade em 31 de outubro de 2000 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU 2000). Esta resolução tem como objetivos proteger os direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado. No entanto, oito anos depois da adoção da RCSNU 1325, o relatório de 2008 do Secretário-Geral da ONU, mais uma vez chamou a atenção para os mesmos problemas.

A Declaração do Milênio, abraçada por todos os Estados membros da ONU, definiram um conjunto de objetivos, nos quais foram definidas metas para promover a igualdade de gênero e combater a pobreza, a fome, as doenças, o analfabetismo e outros aspectos de preservação do planeta. O terceiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio diz respeito a

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, afirmando que impulsionar os direitos das mulheres e das crianças permite o avanço da humanidade.

Já em 2015, os Estados membros da ONU adotaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Apoiando esta iniciativa, a ONU Mulheres está desenvolvendo uma ação denominada Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero, que é voltada a líderes mundiais, atentando para a celeridade de medidas concretas em favor de mulheres e meninas. Em seu objetivo 5 preconiza: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Brasil é atualmente o quinto país em violência contra mulheres (BRASIL, 2015). Segundo dados do Instituto Avon (2013), três em cada cinco mulheres já sofreram violência de gênero em nosso país. Nessa assertiva, apontamos a atualidade do tema e a justificativa do mesmo; pesquisas já desenvolvidas (DOLIVEIRA; QUARESMA DA SILVA, 2015) explicitam o significado social do projeto “Laços de Vida”, desenvolvido por professoras do curso de Psicologia da Universidade Feevale, frente a estas chamadas mundiais.

A precarização das condições de vida da população e a ampliação da participação feminina na população economicamente ativa, articulada a outros fatores demográficos como a ocorrência de novos fluxos migratórios, a redução da fecundidade, o aumento do número de divórcios, vêm resultando em um aumento da família do tipo monoparental feminino e consequentemente na feminização da pobreza e dos problemas decorrentes dos novos arranjos familiares (MACÊDO, 2012). Nessa perspectiva, estão incluídas as mulheres em situação de vulnerabilidade na cidade de Ivoti/RS que são beneficiadas com o atendimento no Projeto.

1.VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para que se possa, efetivamente, compreender a violência de gênero que sofrem as mulheres, é imprescindível analisar o substrato teórico que sustenta o paradigma ancorado nos estudos feministas e de gênero. Assim, é importante considerar como o viés da violência se conjuga e está inserido na ótica do denominado gênero.

Usualmente e na literatura acadêmica, o termo “violência de gênero” é apresentado com diversos conceitos como: “violência contra a mulher” ou “violência doméstica”. Estes conceitos comumente são empregados, mas desde nosso entendimento limitam o entendimento do fenômeno no seu aspecto histórico e relacional. Ao falarmos de violência contra a mulher, acabamos por enfatizar o alvo da violência, ou seja, a mulher, sem especificar o sujeito do ato, o agressor. Ao nos referirmos a violência doméstica, enunciamos com ênfase o local onde a violência ocorre, sem especificar no entanto, que é o sujeito da ação e quem é objeto da mesma. Os dois termos não fornecem margem para ir além da discussão sobre possíveis motivos pontuais do ato violento e procuram apenas culpabilizar sujeito ou objeto e, dessa maneira, não ultrapassando o caráter descritivo (ALMEIDA, 2007).

Dentre todos os demais conceitos, violência de gênero é o único que apresenta dimensão analítica e histórica, e “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional” (ALMEIDA, 2007, p. 24).

Uma das prioridades do feminismo pauta-se na afirmação de que o privado é político (ELSHTAIN, 1974). A noção tradicional de domínio privado está etimologicamente interligada com a privação. O privado é o que deve estar escondido da vista, ou o que não pode ser trazido à vista. O privado relaciona-se com vergonha e imperfeição, implicando excluir do público aspectos corporais e afetivos pessoais (ARENDT, 2015). Portanto, é basilar a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada. Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado, no pensamento e nas normas políticas, permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, sua naturalidade e pretensa adequação para a construção de relações igualitárias (MIGUEL; BIROLI, 2013).

A privacidade do domínio familiar e doméstico é vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina (PATEMAN, 1993; PERROT, 1998; SAFFIOTI, 1999). Já o espaço público esteve atrelado à visibilidade, à autonomia, ao status social, sendo, pois, um lugar do poder masculino. Às mulheres estava reservada tão somente a conjuntura doméstica, a do privado, enquanto que “aos homens, a esfera pública, cujo papel

principal é a política; às mulheres, a esfera privada, tendo como atribuição fundamental o cuidado com a casa e a prole” (PERROT, 2005, p. 459). Isto implica falar em espaços, na divisão entre público e privado com correspondente divisão social do trabalho, nos papéis atribuídos a partir da diferenciação dos sexos, em ser sobre ou subordinado, nas esferas da produção, da reprodução e da política e estereótipos (OKIN, 2008).

A esfera pública tem seu protagonismo reservado ao homem, enquanto sujeito produtivo e a estereotipia correspondente para o desempenho deste papel é simbolizada no homem racional/ativo/forte/potente/guerreiro/viril/público/possuidor. Já a esfera privada, configurada como a esfera da reprodução natural, e aparecendo como o lugar das relações familiares (casamento, sexualidade reprodutora, filiação e trabalho doméstico), tem seu protagonismo reservado à mulher, através do aprisionamento de sua sexualidade na função reprodutora e de seu trabalho no cuidado do lar e dos filhos. O estereótipo da mulher designa esta como desempenhando um papel subordinado ou inferiorizado de esposa, mãe e trabalhadora do lar: emocional/subjetiva/passiva/frágil/impotente/pacífica/recatada/doméstica/possuída (ALVES, 2001).

Nessa assertiva, o conceito violência de gênero implica as relações sociais e suas dinâmicas materializadas através da história, pois não refere-se somente da violência contra um determinado alvo, seu motivos e consequências, mas considera toda a complexidade das disputas por poder e como nessas disputas as desigualdades de gênero se inserem, pois toda relação de poder, dominação e opressão é, sobretudo, política.

A naturalização dos papéis de gênero dá suporte à violência, cristalizando secularmente a mulher em posição de inferioridade e subalterna, o que acaba respaldando e naturalizando a ação violenta por parte do homem. Sobre isso Wink e Strey colocam: “Quando um homem agride física e psicologicamente uma mulher, o faz também porque sua auto-imposição é permitida culturalmente, em uma postura socialmente ratificada e naturalizada” (WINK; STREY, 2008, p. 116). Ou seja, espera-se do homem esta postura e naturaliza-se a prática da violência.

O abuso emocional também é capaz de destruir a auto estima na mulher e se apresenta em diversas formas, como humilhação em público, acusações infundadas, vigilância descomedida, entre outras maneiras menos óbvias de violência e que, por possuírem um caráter mais velado, podem passar despercebidas e até mesmo serem incorporadas pelas mulheres como algo que simplesmente “é” e acabam por não enfrentarem por não haver o teor físico do ato violento (MILLER, 1999).

No atendimento as mulheres vítimas de violência, chama a atenção o movimento cíclico da violência de gênero que “[...] não é um episódio, é um processo, um ciclo contínuo que, sem uma oportunidade de interrupção, tende a permanecer alternando, sucessiva e estereotipadamente, tensão, violência e pedido de desculpas” (WINCK; STREY, 2008, p. 128).

A teoria do ciclo da violência, desenvolvida pela psicóloga norte-americana Leonore Walker em 1979, elucida a permanência das mulheres nas relações violentas, constituindo-se em um elemento importante para compreender a violência de gênero dentro de uma relação, bem como para visualizar um rompimento das mesmas. A teoria do ciclo de violência consiste em três fases onde a violência circula: a primeira, chamada “The build-up phase” ou fase da tensão, é marcada pela construção das tensões entre o casal e episódios de agressões em sua maioria psicológicas. A segunda fase, chamada por Walker de “The acute battering incident”, se trata do momento onde a violência ocorre. Segundo Walker (2010) nessa fase não há controle da situação e as emoções destrutivas são externalizadas de forma intensa. Já a última fase é chamada “The respite”, ou fase da lua-de-mel, onde o agressor se torna amável e procura conciliação, muitas vezes com a promessa de que a violência não mais ocorrerá. Esse padrão cíclico da violência pode se repetir inúmeras vezes e a intensidade e tempo de duração pode variar entre as relações.

2. METODOLOGIA

Este projeto de extensão universitária propõe atendimento gratuito as mulheres em situação de vulnerabilidade social, viabilizando-se através de Grupos Terapêuticos e de Arteterapia que ocorrem cinco vezes por semana, com duração de cerca de duas horas cada grupo. Estes grupos potencializam as trocas dialógicas, o compartilhamento de experiências e a melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletiva. Para Cardoso e Seminotti

(2006), o grupo é um lugar onde ocorre o debate sobre a necessidade de ajuda de todos, onde os participantes fazem questionamentos sobre as alternativas de apoio e suporte emocional. As pessoas participantes destes grupos relatam: melhora nas relações sociais, nos níveis de conhecimento sobre questões discutidas no grupo, na capacidade para lidar com situações inerentes ao sofrido, na confiança, além de alívio emocional (GUANAES; JAPUR, 2005, CONTEL; VILLAS-BOAS, 1999).

Os grupos realizados pelo projeto “Laços de Vida” são coordenados por professoras do curso de Psicologia e de Artes Visuais da Universidade Feevale, acompanhada por duas alunas bolsistas (uma de cada curso) e cinco acadêmicas, visando por meio de estratégias de intervenções grupais proporcionar entendimentos e clarificações as mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica, possibilitando a melhora da saúde mental, a melhoria da qualidade de vida, dos níveis de bem-estar e a autonomia.

Estes grupos terapêuticos recebem mulheres em situação de vulnerabilidade psíquica e socioeconômica, compreendidas desde a fase adulta até seu processo de envelhecimento, atendidas nas instituições do município de Ivoti: Centro de Referência da Mulher (CRM), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência de Assistência Social de Ivoti (CRAS). Salientamos que este Projeto vem expandindo seus atendimentos, que passaram a ocorrer na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade.

Para este artigo, apresentamos um recorte do trabalho extensionista realizado pelo curso de Psicologia, mais especificadamente o atendimento realizado nos grupos terapêuticos.

2.1 Alguns dados da cidade

Localizada a 55 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado do RS, a cidade de Ivoti é de pequeno porte com 19.874 habitantes, tendo como principal influência a cultura germânica, pela colonização alemã de 1826, onde diversas famílias de origem germânica, vindas em maioria da região do Hunsrück, instalaram-se na cidade, iniciando sua colonização (PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI, 2017).

Os dados do CRAS de Ivoti/RS, apontam para um alto índice onde as famílias são chefiadas por mulheres, além de uma baixa escolaridade e falta de mão de obra qualificada. De acordo com Pinto e Oliveira et al. (2011), a grande quantidade de papéis assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais e econômicas, vivenciadas por elas, as expôs a uma face perversa da condição feminina, sobressaindo, por um lado, a baixa autoestima, as frustrações, os medos e anseios e, por outro, a coragem e a perseverança na luta pela sobrevivência, as questões de empoderamento e as estratégias de sobrevivência e resiliência.

Uma das questões que permeia essas mulheres e que estão identificadas ao longo das ações desenvolvidas pelo Projeto, diz respeito a violência psicológica que segundo Cunha (2007, p 101) “[...] a violência psicológica é uma das formas mais comuns e mais causadoras de danos irreparáveis, pois ela não acontece apenas no ambiente doméstico”. Por ter uma continuidade no tempo e, muitas vezes, não ser identificada pela vítima, é de mais difícil reconhecimento, na medida em que não deixa marcas visíveis no corpo da vítima. A Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir essa violência psicológica, física, doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

3. COM A PALAVRA, AS MULHERES

Apresentamos alguns fragmentos de depoimentos obtidos na experiência dos grupos terapêuticos, visando lançar luzes sobre as referências mais comuns na experiência apresentada pelas mulheres sobre as violências sofridas, sendo notadamente a violência psicológica a que mais é narrada. Estes trechos foram extraídos dos relatórios da bolsista de Psicologia ou do material coletado junto aos participantes dos grupos, ao longo de todo o trabalho e estes fragmentos foram selecionados porque refletem o coro das múltiplas vozes que falam nos grupos. Porém, eles são apenas uma pequena parte de um universo maior de expressões e manifestações apresentadas nos relatórios dos estagiários e no material

produzido pelos participantes, que devem ser levados em consideração ao pensarmos na dimensão quantitativa do sofrimento destas mulheres: é incomensurável.

Ao relatarem suas experiências sobre o sofrimento psíquico decorrente das violências sofridas, as participantes dos grupos abordaram situações particulares de seu cotidiano que, em diversos momentos, mobilizaram as demais participantes, propiciando reflexões, polêmicas, questionamentos e discussões. Estes momentos de troca foram recheados de momentos de muita emoção, tanto no relato de sua própria experiência, quanto na escuta daquela compartilhada por outras mulheres do grupo. Falar e escutar a violência não é tarefa simples, pois quem fala, revive a violência vivida e quem escuta, revisita as suas violências sofridas. Nesse sentido, o grupo terapêutico constitui-se em um espaço continente, saudável, capaz de amparar a dor sentida.

Em concordância com tudo o que era falado no grupo, a equipe do projeto juntamente com a bolsista e voluntárias, buscavam acolher a dor de quem falava e clarificar as vivências narradas relativas as violências experimentadas, auxiliando quem relatava e ao grupo a reconhecer o tipo de violência sofrida e convidá-las a refletir sobre o que foi percebido e compreendido no encontro. Muitas mulheres participantes relataram, tanto no próprio grupo, ou quando buscavam auxílio no judiciário, que o contato com experiências diferentes fazia com que elas repensassem suas posições e comportamentos na família, mais especificamente em relação ao cônjuge ou familiares violentos e que sentiam-se após a participação nos grupos mais confiantes e autônomas. Muitas mulheres que denunciaram maus tratos em audiências realizadas pelo Juiz da referida cidade, relataram que conseguiram buscar auxílio jurídico por sentirem-se empoderadas para denunciar as violências sofridas, após a participação nos grupos terapêuticos propostos pelo projeto. Este fato deu importância e visibilidade ao projeto.

Um das participantes relata que sofreu violência física e psicológica “até me ver livre deste homem” (SIC). Passou por várias internações psiquiátricas, conduzidas pelo marido, mesmo sem apresentar um quadro relevante para internação. Ele conseguia a internação dela e ela ficava “trancafiada e drogada pelo excesso de medicações” (SIC). Como consequência, ela não conseguia criar os filhos, que tornaram-se ambivalentes em relação as condições dela exercer a maternidade. Com sofrimento, diz: ““Eu queria ter podido criar meus filhos (...) Acho que no fundo, no fundo, meus filhos me culpam. E quando tento falar o meu lado eles não querem me ouvir. E a minha sogra, eu sei, que falou muito mal de mim para o meu marido querer se separar de mim. Ela falava mal de mim para os meus filhos” (SIC). Em uma das internações ocorridas, soube a posteriori que o marido a traiu com outra mulher, fato este que culminou na separação do casal. Porém, os filhos permaneceram sempre ambivalentes a ela. Atualmente, após a participação no grupo, relata que a relação entre ela e os filhos está melhorando e desabafa: “mesmo quando o mundo me diz não a vida diz sim. Eu gostaria de ter tido a minha família, mas o mundo me disse não. Meus filhos não gostam de mim” (SIC).

A medicalização do sofrimento comumente aparece nos relatos das mulheres, pelo quadro depressivo instaurado ao longo dos anos de convívio com as violências psicológicas sofridas e naturalizadas pela família: “Eu estou tomando um remédio parecido com fluoxetina. Faz 10 dias que estou tomando. Eu não consigo levantar da cama, vou da cozinha para a cama” (SIC).

As violências sofridas precisam de acolhimento para serem suportadas e significadas. Uma das participantes relata que sofreu muito na separação do seu companheiro de tantos anos, pois “éramos dois casais que saíam juntos, amigos. Mas o marido dela sofreu um acidente, e ficou de cadeira de rodas. Meu marido foi ajudar e enquanto ela deixava seus filhos na minha casa para eu cuidar, meu marido ia para cama com ela. O marido dela me ligava e dizia: usa as tuas pernas e vai atrás dos dois porque tem alguma coisa aí. Quando eu terminei, eu arrumei as roupas dele e mandei ele ir embora e ele me disse que ia me provar que não ia morar com aquela “galinha” que vai com todos. Mas logo foi para lá. Foram morar juntos e nos separamos” (SIC). Esta paciente refere que “eu não consigo chorar, tento e não tem jeito. Mas para chorar eu tenho que ligar para uma amiga e aí consigo, sozinha não consigo parece que fico trancada, mas queria muito poder chorar porque alivia muito” (SIC). No grupo terapêutico, ela encontra escuta para seu sofrimento, desenvolve laços de cuidado consigo mesmo e compartilha experiências com os demais (MENDONÇA, 2005).

Outro recorte mostra a extensão da violência física e psicológica vivida pelas mulheres desta cidade, uma das participantes relata que desde sempre teve uma relação de submissão com o marido, sendo que também acata as ordens do filho. O marido muitas vezes queria

transar com ela, ela não queria, mas cedia e fazia a vontade dele. Ela sempre abaixou a cabeça para as ordens do marido e do filho. Nenhum dos dois faz coisa alguma em casa e é sempre ela que faz tudo em casa. Sempre teve muito medo do marido, mas antes ele tinha mais trabalho e agora ele se aposentou e está quase todo o tempo com ele em casa e está pior para ela. Ela abaixa a cabeça e obedece as ordens, quando sai para ir comprar algo, ao retornar o marido pede até os trocados de moeda, e sempre foi assim. Refere que “tenho muito medo da relação com meu marido. Eu não gosto de brigar, de insistir, porque ele é muito de insistir. Não gosto de insistir e brigar e prefiro fazer” (SIC).

Percebemos nesse excerto claramente a cultura da vocação natural da mulher para o domínio privado que foi veiculada durante todo o século XIX e justificada por dois argumentos: o da natureza e o da utilidade social. Pelo fundamento naturalista, as mulheres, em virtude de seu papel social natural de reprodutora, estariam vocacionadas a permanecer em casa atuando em funções de reprodução. Devido a essa questão biológica, ficavam excluídas da esfera pública como algo objetivo e natural. Para a concepção da utilidade social, e acordo com esta teoria, cada sexo possui as suas “competências” e a complementaridade entre ambos garante o bem comum, beneficiando a todos.

A mulher que se torna operária não é mais mulher (LIPOVETSKY, 2009). O trabalho da mulher operária, na visão dos homens e de algumas mulheres da época que ainda percebemos na cultura desta cidade na atualidade, lhe retira a condição de mulher. A imagem da operária continuará a ser repulsiva e, para muitos, era a antítese da feminilidade (PERROT, 2005). Desta forma, ficam reiterados o lugar do privado para as mulheres e do público para os homens, o que perpetua-se, haja visto que o filho da paciente é ensinado a ser homem repetindo o modelo paterno. Estamos neste exemplo perante o simbolismo de gênero com sua poderosa estereotipia e carga estigmatizante. Este simbolismo, enraizado nas estruturas, que homens e mulheres reproduzem, apresenta a polaridade de valores histórico-culturais como se fossem diferenças naturais, portanto, biologicamente determinadas e as pessoas do sexo feminino como membros de um gênero subordinado, na medida em que determinadas qualidades, bem como o acesso a certos papéis e a esfera pública são percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico e não a outro (ALVES; CAVENAGHI, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estando o projeto de extensão universitária “Laços de Vida” em seu quarto ano, concluímos a partir da análise dos resultados alcançados até o momento que o acompanhamento das práticas terapêuticas grupais desenvolvidas são importantes para o empoderamento destas mulheres em relação às violências sofridas. A equipe do projeto utiliza dispositivos para a produção do cuidado, tais como: vínculo, acolhimento, corresponsabilização, autonomia e reconhecimento das violências sofridas, bem como dos Direitos que as protegem. Ao cuidar das mulheres, o projeto busca entender suas complexidades e subjetividades, trabalhando em sintonia com a rede de proteção as mulheres vítimas de violência de gênero existentes no município.

Durante o desenvolvimento dos grupos, a relação de confiança e cumplicidade foi estabelecendo-se, proporcionando um ambiente propício para o compartilhar das histórias de vida, dos sentimentos, medos, traumas e dificuldades, tornando-se o grupo um espaço para expor dores, vivências, valorizar opiniões e sentimentos, possibilitando trocas, com enfoque nas estratégias para lidar com os problemas e buscar soluções para os mesmos.

O grupo pode exercer efeito terapêutico, e sua efetividade surge através do desenvolvimento de discussões onde é capaz de se perceber nas participantes, um processo de autoavaliação e reflexão sobre a própria vida, o que repercute em novas possibilidades e estratégias de enfrentamento dos problemas, proporcionando o desenvolvimento de autonomia e empoderamento destas mulheres, como expõe uma das vozes femininas: “Quando a gente chega na depressão, a gente não tem mais vontade para nada. Agora que eu estou voltando” (SIC).

Ao refletirmos a respeito das problemáticas referentes às violências praticadas contra o gênero feminino, é relevante sopesar que subjacente está um amplo processo de naturalização, reprodução e revigoração de mecanismos que tendem a privilegiar e sustentar a ideologia patriarcal dominante. O controle da sexualidade feminina, através de seu aprisionamento na função reprodutora, historicamente constitui, ao lado da centralidade do

trabalho doméstico, um dos dois grandes eixos pelos quais se concretizam as relações específicas de dominação, estabelecidas no plano individual pela estruturação do patriarcado. A dominação é uma das formas essenciais do poder.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nos grupos terapêuticos foi empoderando e fortalecendo psiquicamente as mulheres, para que estas, através do conhecimento e apreensão de sua história, compreendam a repetição do modelo patriarcal e possam romper com este, historicamente estabelecido, buscando auxílio jurídico nas instâncias competentes.

Agradecimentos: Agradecemos a dedicação e o acompanhamento da bolsista do projeto, a acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Feevale Gabriela Schmitz e aos locais da cidade de Ivoti/RS, citados no texto, que acolhem o projeto.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Dominação Masculina e Discurso Sexista. Informandes, Brasília, p. 11-11, fev. 2000.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O Discurso da Dominação Masculina. XXIV General Population Conference - IUSSP, Salvador, 2001.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência maldita. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 23-41.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Soberania Patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Doutrina Brasileira – Direito Público, n. 17, p. 52-75, jul./set. 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CARDOSO, C.; SEMINOTTI, N. O grupo psicoterapêutico no Caps. **Cienc. Saude Colet.**, v.11, n.3, p.775-83, 2006.

CONTEL, J.O.B.; VILLAS-BOAS, M.A. Psicoterapia de grupo de apoio multifamiliar (PGA) em hospital-dia (HD) psiquiátrico. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v.21, n.4, p.225-30, 1999.

CUNHA, Tania Rocha Andrade. **O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2007.

BRASIL, 2015. BRASIL. Senado Federal. Secretaria da Transparência. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2015. 81 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/brasileiras-sabem-da-lei-maria-da-penha-mas-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres-persiste>. Acesso em: 08. set. 2017.

DOLIVEIRA, Mariane Camargo; QUARESMA DA SILVA, Denise. **Entrelaçando práticas identitárias, gênero e políticas públicas: a matriz contemporânea da cidadania feminina**. 2015. Disponíveis em: <<https://www.unicruz.edu.br/seminario/anais/XX/III%20Simposio%20de%20Praticas%20Socioculturais/ENTRELACANDO%20PRATICAS%20IDENTITARIAS%20C%20GENERO%20E%20POLITICAS%20PUBLICAS>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Moral Woman/Immoral Man: The Public/Private Distinction and its Political Ramifications**. Politics and Society, v. 4, n. 4, p. 453-473, 1974.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro; OLIVEIRA, Fátima Aparecida Barbosa de et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São

Paulo, n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/10.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Sentidos de doença mental em um grupo terapêutico e suas implicações. **Psicol.: Teor. Pesqui.**, v.21, n.2, p.227-35, 2005.

INSTITUTO AVON. **Instituto Avon/Data Popular**. Instituto Patrícia Galvão. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Resolução 1325/2000**. 2000. Disponível em: <http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/Area_Internacional/ONU/resolucao%201325%20portugues.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Instituto Piaget, 2009. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

MACÊDO, Marcia dos Santos. Mulheres chefes de família e feminização da pobreza: uma contribuição crítica dos estudos feministas e de gênero. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.aninter.com.br/ANAI%20I%20CONINTER/GT16%20Estudos%20de%20g%EAnero,%20feminismo%20e%20sexualidades/MULHERES%20CHEFES%20DE%20FAM%CDLIA%20E%20FEMINIZA%C7%C3O%20DA%20POBREZA%20UMA%20CONTRIBUI%C7%C3O%20C R%CDTICA%20DOS%20ESTUDOS%20FEMINISTAS%20E%20DE%20G%CANERO%20-%20Trabalho%20completo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MENDONÇA, T.C.P. As oficinas na saúde mental: relato de uma experiência na internação. **Psicol. Cienc. Prof.**, v.25, n.4, p.626-35, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Horizonte; Niterói: Eduff, 2013.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. Tradução Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A agenda 2013 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o Público e o Privado**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, v. 16, n. 2, p. 305-332, mai./ago. 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. (Prismas).

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. As Mulheres ou os Silêncios da História. São Paulo: EDUSC, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. **Dados Gerais**. Disponível em: <<http://www.ivoti.rs.gov.br/dados-gerais>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Primórdios do Conceito de Gênero**. Cadernos Pagu, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), v. 12, p. 157-163, 1999.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia K. (Org.). **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 51-72.

STREY, Marlene Neves. Efeitos da culpa na subjetividade. In.: **Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

WALKER, Leonore E. **The cycle of violence**. 2010. Disponível em: <[http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle of Violence_v3.pdf](http://www.1736familycrisiscenter.org/pdf/Cycle_of_Violence_v3.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2016.

WINK, Gustavo Espíndola; STREY, Marlene Neves. **A voz mais alta, mas na hora certa: a naturalização da violência de gênero enquanto recurso legitimado ao homem**. Artemis, João Pessoa, v. 10, n. 1, p.113-133, dez. 2008. Disponível em : <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/11815/6870>> . Acesso em: 16 abr. 2015.